

RESENHAS

TERRITÓRIO: METÁFORA, TEMÁTICA OU CAMINHO METODOLÓGICO?

EDUARDO MARANDOLA JR.

Geógrafo, Pesquisador do Núcleo de Estudos de População, Universidade Estadual de Campinas (Nepo/Unicamp). eduardom@nepo.unicamp.br.

A Geografia sempre nos surpreende. Ora por sua capacidade de manter-se apegada à sua tradição, ora por sua capacidade de recriação e invenção. Não raro, ela nos surpreende por fazer os dois ao mesmo tempo: reinventando-se sem deixar de ser ela mesma.

Os estudos culturais, em Geografia, não são novos. Podemos encontrar raízes deles desde a sistematização da disciplina, de forma mais eloquente na sua institucionalização, e mais amplamente na antiguidade, quando o mundo era lido de forma bem menos fragmentada do que é hoje.

Pelo menos há 100 anos a Geografia flerta com os estudos culturais de forma mais sistemática, e por isso não é de todo errado considerar que cultura é um tema caro aos geógrafos, embora tenha ficado relegado a segundo (terceiro?) plano por várias décadas.

A retomada e a força do cultural na Geografia contemporânea também não é uma novidade. Já temos mais de 30 anos de estudos sistemáticos desde sua retomada em países como França e Inglaterra, e pelo menos 20 anos no Brasil. O que há de novo então?

Acho que a novidade é a centralidade que o conceito/noção/ideia/categoria (seja como estiver sendo usado em cada estudo) **território** tem tomado. É verdade que nos últimos 10 anos a Geografia como um todo tem sentido uma força crescente e marcante do território enquanto eixo estruturador de análises, substituindo em grande medida a ênfase anterior no espaço (que talvez tenha durado uns 40 anos). Análises territoriais parecem estar na ordem do dia.

Dois livros que as comunidades brasileira e latinoamericana receberam no ano passado, oriundos de dois eventos de âmbito continental, expressam e testemunham alguns dos caminhos, variações e encruzilhadas que esta ênfase no território tem apresentado.

Os livros foram editados pela Universidade Federal de Goiás, que tem se firmado como um núcleo de pesquisa e difusão deste temário, referindo-se ao *VII Seminário Internacional sobre Território e Cultura*, realizado de 24 a 27 de Março de 2008

na cidade de Goiânia, e ao *Congresso Internacional de Americanistas (53º ICA)*, realizado de 19 a 24 de Julho de 2009 na Cidade do México.

O primeiro evento deu origem ao livro *Território e cultura: inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais*, organizado por Maria Geralda de Almeida (Universidade Federal de Goiás) e Beatriz Nates Cruz (Universidad de Caldas, Colômbia), enquanto o segundo originou o livro *Territorialidades na América Latina*, também organizado por Maria Geralda de Almeida. Juntos os livros nos dão uma ideia, embora parcial, das pesquisas realizadas no continente, centralizados pela interação território-cultura, mas também envolvendo outras dimensões da territorialidade, especialmente no segundo livro.

O primeiro livro está organizado em três partes, nas quais estão distribuídos os 17 capítulos:

§ Parte 1 – Território, cultura, inclusão, exclusão: empenho na análise teórica (cinco textos);

§ Parte 2 – Lições de inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais (10 textos);

§ Parte 3 – Metodologias em questão (dois textos).

Na primeira parte, há uma preocupação de compreender a temática no cenário global atual, onde processos migratórios produzem novas formas de inclusão e exclusão e novas formas de territorialidades (Claval; Nates Cruz), indo em direção à dimensão emotiva e do corpo na constituição e compreensão das territorialidades (Alonso; Velasco), sem abandonar a prática, que se tornou muito presente na última década, de avaliar a perspectiva teórica de autores específicos para mapear os sentidos de estudo do território (Saquet;

Gagliotto).

Na segunda parte, os temas se sucedem mostrando um amplo cardápio de questões, nem sempre plenamente alinhados completamente com a temática central: planejamento no contexto das cidades móveis (Silva); produção do espaço urbano (Vilca e Jerez); estádio de futebol como lugar a partir de seu uso (Mascarenhas); territórios quilombola (Tubaldini e Silva); pecadores artesanais e sua prática de conservação (German e Kuhn); segregação socioespacial (Gomes; Wakisaka); luta e posse da terra pelo campesinato (Castro); adaptação de migrantes internacionais (Almeida); formação territorial (Zuluaga); exclusão e segregação socioespacial urbana (Andrés Rivera).

A última parte apresenta um texto que discute os novos arranjos territoriais em rede (Londão) e outro que destaca o papel da paisagem para o estudo do território (Gómez Alzate).

No livro *Territorialidades na América Latina*, o foco não é a relação território e cultura, embora ela tenha recebido uma seção à parte. Os 16 textos estão organizados em quatro partes:

- § Parte 1 – Território, identidade e exclusão (quatro textos);
- § Parte 2 – Território e cultura: fronteiras e conflitos (três textos);
- § Parte 3 – Território e cidade (cinco textos);
- § Parte 4 – Território e territorialidades: políticas públicas e migração (quatro textos).

Todos os capítulos se referem a discussões específicas, nenhum se dedicando a questões teóricas de fundo. Como as partes do livro foram organizadas de forma temática, há uma comunicação mais direta entre os textos, embora mantenham uma significativa heterogeneidade.

A primeira parte, por exemplo, contém textos que abordam disputas territoriais por terra de grupos sociais excluídos como os indígenas (Baines; Pinto), ribeirinhos, colonos e caboclos (Santos e Almeida); e negros (Funes). Na segunda parte, a ênfase no conflito relacionado à identidade territorial continua sendo a tônica, com a discussão sobre os conflitos das representações e suas repercussões para a territorialidade na Ilha do Bananal (Bispo); os conflitos identitários na tríplice fronteira Brasil-Bolívia-Peru (Arruda); e os conflitos na constituição e conservação dos patrimônios culturais (Castro).

Na terceira parte a relação entre os artigos é menor, tendo como eixo apenas a questão da cidade e seu processo de construção: exclusão e fragmentação social e territorial (Landázuri Benítez e López Levi); gentrificação (Nates Cruz); poliespacialidade (Furtado e Rocha Neto); o moderno e o tradicional enquanto territorialidades em disputa na construção da cidade (Hizim Pelá e Chaveiro); e os riscos como exclusão (Silva).

A última parte apresenta dois textos muito relacionados, que enfocam questões de adaptação dos migrantes sob o ângulo da inclusão e exclusão (Lucena; Almeida), e dois textos que enfocam questões estruturais (especialmente econômicas) para investigar dois aspectos relacionados às políticas públicas: as transferências de renda e a pobreza no Brasil (Silveira e Troyano) e a marginalização da porção sul de Mendoza (Argentina).

O que chama mais a atenção é a multiplicidade: de temas, autores, instituições, objetos e questões. Os textos movimentam um grande conjunto de matrizes teóricas que permitem abordar um também grande número de temáticas. Isso expressa a posição estruturadora que o território ocupa em boa parte da Geografia contemporânea. Por outro lado, nem todos os textos possuem uma perspectiva clara das implicações do uso do território em termos epistemológicos. Em alguns casos a palavra aparece de forma simplificadora, quase como sinônimo de chão, ou como sinônimo de relações de poder.

Por se tratarem de textos enviados e apresentados num evento, eles possuem densidades distintas, revelando momentos ou envoltórios diferenciados com a temática. No entanto, além de reunir tantas abordagens e temáticas distintas, os livros têm o mérito de traçar um cenário das pesquisas na América Latina, o que não é uma constante em nossa tradição bibliográfica da Geografia brasileira.

É interessante notar que os dois eventos tinham uma preocupação com a discussão sobre inclusão e exclusão, o que está refletido no conjunto dos textos. A temática cultural

(foco do primeiro livro, mas não do segundo, embora ocupe uma parte dele) está posta a serviço de uma ciência social voltada para a justiça social, considerando os processos de apropriações territoriais (formais, informais e simbólicas) de diferentes pontos de vista. O resultado é uma ênfase nos aspectos estruturais das dinâmicas territoriais, em detrimento de elementos relacionais ou topológicos que produzem e interferem na construção ou experiência das territorialidades (algumas exceções apontam para caminhos neste sentido, mas não o tomaram como mote da reflexão). Na maioria dos casos, “cultura” não é a perspectiva metodológica de estudo, aparecendo como objeto. Quais as implicações disso? Qual a diferença de tomar a abordagem cultural como caminho metodológico ou apenas como temário? Quais as virtudes e limitações?

A questão é: este direcionamento reflete a tendência geral dos estudos sobre território e cultura, ou é uma influência direta das questões que estão sendo discutidas (inclusão e exclusão)? Dito de outra maneira, qual o papel dos estudos sobre território nos dedicados à relação território-cultura, e qual a influência dos temários culturais no conjunto dos estudos sobre território?

Há um certo consenso acadêmico que vem sendo quebrado na última década de uma associação corriqueira entre território e política. Em vista disso, pensar território a partir de uma abordagem cultural é um mérito que os dois livros compartilham, mostrando no conjunto da reflexão sobre território, o papel de um olhar culturalista.

O desafio, no entanto, é prestar atenção aos usos diferentes que se faz de território como metáfora, como temário e como caminho metodológico. Os dois livros apresentam textos que se inserem na temática por meio destes diferentes usos, o que nem sempre é enriquecedor para uma abordagem cultural do território. Território como metáfora é uma tentativa vazia de “espacializar” a discussão em tela, sem qualquer instrumento teórico capaz de produzir uma análise efetivamente territorial, ou seja, uma análise onde a dimensão territorial é determinante para explicação ou compreensão do fenômeno em tela, que seria tomar o território enquanto caminho metodológico (utilizando-o como categoria de análise, por exemplo). Já a adoção do território de forma temática, embora limitada no estudo do território, contribui para a ampliação dos fatores envolvidos no temário de maneira mais geral, introduzindo elementos relacionados por meio de outros caminhos metodológicos.

Vemos textos com múltiplas combinações destas possibilidades: 1) território é o caminho metodológico, e cultura figura apenas como metáfora ou temário; 2) a cultura é o caminho metodológico (caso de muitos estudos antropológicos) e território é o temário ou a metáfora; 3) tanto cultura quanto território são caminhos metodológicos, tematizando outra questão; 4) ou textos em que tanto território quanto cultura são usados como metáfora.

A leitura destes dois importantes livros, que expressam mais uma vez a liderança de Maria Geralda de Almeida e a importância do grupo de pesquisadores da UFG, nos indica que há ainda muito a avançar para podermos atingir todo o potencial que o território tem para oferecer a uma perspectiva cultural do pensamento geográfico. Mas, por outro lado, ele nos dá a certeza de que estamos no caminho certo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria G. de (org.) **Territorialidades na América Latina**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás/FUNAPE, 2009. 240p.

ALMEIDA, Maria G. de; NATES CRUZ, Beatriz. **Território e cultura**: inclusão e exclusão nas dinâmicas socioespaciais. (orgs.) Goiânia: Universidade Federal de Goiás/FUNAPE, 2009. 256p.

RESENHAS: EDUARDO MARANDOLA JR...